

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



SESSÃO DE ABRIL

ATA N.º 3/2022

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS**Ata n.º 03/2022**

1. Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e dois, no Auditório Municipal de Vendas Novas, teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 05 minutos, tendo estado presentes os seguintes membros: Hermínia Maria Viegas Henriques, Aníbal José Serelha Lopes da Silva, Ana Sofia Martins Vaz Rebelo, Paulo Jorge Piteira Campino, Marisa Isabel de Sousa Trigueirão, Daniel dos Santos Cardoso, Maria Clara Cardoso Pereira, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim, Sandra Maria Patuleia Grilo (PS), Carmen Isabela da Silva Oliveira Garcia, João Carlos de Carvalho Branco Perdigão Marquês, António Manuel Louro Prata, Sónia Isabel Matias de Carvalho Grulha, Tomás Maria de Sousa Cardoso Marques (PPD/PSD.CDS-PP), Maria João A. B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão e Orlando António das Neves Dias (PCP-PEV).
2. A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Luís Dias, pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, Valentino Cunha, pelos Vereadores, Ricardo Videira, Luís Matias e Tiago Aldeias, pelo Chefe da DAF, Hélder Fernandes e pelo Responsável do Serviço de Cultura e Juventude, Rui Dias.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

3. A Presidente da Assembleia Municipal, Hermínia Maria Viegas Henriques, verificou a existência de condições para o começo dos trabalhos, saudou todos os presentes.
4. A **Presidente da Assembleia** informou que não foi possível apresentar nenhum Projeto de Ata, comprometendo-se a solucionar o problema junto do Presidente da Câmara Municipal até à sessão seguinte.
5. Foi apresentada pela **Membro Sofia Rebelo** em representação da Bancada do PS, a **“Moção de Saudação ao 48.º Aniversário do 25 Abril de 1974”** (Anexo 7/22), não havendo intervenções, o documento foi posto a votação sendo **aprovado, por unanimidade.**
6. Foi apresentada pela **Membro Maria Clara Pereira** em representação da Bancada do PS, a **Moção “1.º de maio- Dia Internacional do Trabalhador”** (Anexo 8/22), não havendo intervenções, o documento foi posto a votação sendo **aprovado, por unanimidade.**
7. Foi apresentada pela **Membro Carmen Garcia** em representação da Bancada do PPD/PSD.CDS-PP, a **Moção “Por Abril, pela paz e pela soberania dos povos”** (Anexo 9/22).
8. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado, intervindo neste ponto:
9. O **Membro José Leitão** afirmou que a CDU tem servido de “arma de arremesso” na questão da Guerra da Ucrânia, considerando que perante o assunto da Guerra na Ucrânia a CDU está de acordo com a existência de uma Invasão que viola o Direito Internacional, contudo afirma que não existiram preocupações com casos idênticos que aconteceram no passado.
10. Referiu que a Revolução dos Cravos não deve ser comparada com a Revolução Ucrainiana de 2014 que, destituiu um governo legítimo, e provocou centenas de mortes, e reforçou a ideia indicando a ausência de referência à paz no documento em análise



11. A **Membro Carmen Garcia** defendeu a posição da Embaixadora Ucraniana perante a situação na Assembleia da República quando na audição do Presidente Ucraniano na Assembleia da República o PCP esteve ausente.
12. O **Membro José Leitão** reforçou a ideia de que uma Embaixadora deveria participar nas Comemorações Institucionais da Assembleia da República do 25 de abril, referindo que um Embaixador deve ser imparcial.
13. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação sendo **aprovado**, por **maioria**, com 14 votos a favor (9 do PS e 5 PPD/PSD.CDS-PP) e 3 abstenções (PCP-PEV).
14. Foi realizando um minuto de silêncio como proposto na Moção.
15. Foi apresentada pela **Membro Sónia Carvalho** em representação da Bancada do PPD/PSD.CDS-PP a **Moção "Pela Requalificação das Escolas, Básica n.º 1 e Secundária de Vendas Novas"** (Anexo 10/22).
16. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado, intervindo neste ponto:
17. A **Membro Sofia Rebelo** afirmou o voto favorável da Bancada do PS, indicou que o PS tem trabalhado com o governo no sentido de possibilitar a Requalificação das Escolas de Vendas Novas.
18. Não havendo mais intervenções, a Moção foi colocada a votação e **aprovada por unanimidade**.
19. Foi apresentada pelo **Membro Sónia Carvalho** em representação da Bancada do PPD/PSD.CDS-PP, a **Moção "Pela descentralização das sessões da Assembleia Municipal"** (Anexo 11/22).
20. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado, intervindo neste ponto:
21. A **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que desde que preside a Assembleia Municipal tem procurado realizar Sessões da Assembleia Municipal em diversos locais do Concelho, informando que tentaria realizar próximas Sessões descentralizadas sempre que possível.
22. O **Membro Aníbal Silva** manifestou a concordância da Bancada do PS com a Moção em análise e ainda manifestou a preocupação com a garantia dos meios técnicos necessários para a realização e a transmissão das Sessões.
23. O **Membro José Leitão** referiu que a moção deveria integrar as localidades Campos da Rainha e Foros dos Infantes.
24. O **Membro António Prata** agradeceu a o contributo, dos membros que contribuíram com as intervenções anteriores e reforçando a ideia de que as Sessões de Assembleia Municipal descentralizada reforçam a proximidade entre o eleitor e o eleito e o período de Intervenção no Período depois da ordem do dia.
25. A **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou por fim, que os contributos fossem registados e adicionados ao documento.
26. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação o qual foi **aprovado**, por **unanimidade**.

27. Foi apresentada pelo **Membro Tomás Marques** em representação da Bancada do PPD/PSD.CDS-PP, a **Recomendação “Vendas Novas na Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude”** (Anexo 12/22).
28. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado, intervindo neste ponto:
29. O **Membro Aníbal Silva** demonstrou o apoio e a aprovação do documento pela Bancada do PS, referiu que o Município tem feito o seu papel, tomando medidas de apoio à juventude e desenvolvendo atividades e espaços para os Jovens.
30. O **Membro José Leitão** informou que a Bancada da CDU votaria favoravelmente à Recomendação, considerando que os municípios devem promover e adotar políticas que promovam a fixação de juventude.
31. O **Membro Tomás Marques** procurou esclarecer o conteúdo do documento, frisando a importância desta medida para os Municípios.
32. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação o qual foi **aprovado**, por **unanimidade**.
33. Foi apresentada pelo Membro Orlando Dias em representação da Bancada do PCP-PEV, a **Moção “Voto de Homenagem a Adriano Correia de Oliveira”** (Anexo 13/22).
34. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, o qual foi **aprovado** por **unanimidade**.
35. Foi apresentada pelo **Membro Orlando Dias** em representação da Bancada do PCP-PEV, a **Moção “Pela Urgência na Conclusão do Processo do SIADAP 2019/20 e Pagamento aos Trabalhadores Abrangidos”** (Anexo 14/22).
36. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado, intervindo neste ponto:
37. O **Membro Aníbal Silva** manifestou a concordância, da Bancada do PS, com o documento.
38. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação sendo **aprovado** por **unanimidade**.
39. Foi apresentada pelo **Membro José Leitão** em representação da Bancada do PCP-PEV, a **Moção “Tomada de Posição sobre o Plano Estratégico da Água 2030 (PENSARP 2030 – Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030)”** (Anexo 15/22).
40. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado, intervindo neste ponto:
41. O **Membro João Perdigão** referiu que a Bancada do PPD/PSD.CDS-PP, não votaria favoravelmente à Moção, justificando que o documento exige um conhecimento de dados e indicadores específicos que a bancada não tinha.
42. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação sendo rejeitado, por **maioria**, com 3 votos a favor (PCP-PEV) e 14 votos contra (9 do PS e 5 PPD/PSD.CDS-PP).



43. O **Membro Paulo Campino** apresentou a Declaração de Voto em nome da Bancada do PS: "A Bancada do PS votou contra a Moção da CDU por não considerar razoável neste momento qualquer posição da Assembleia Municipal sobre matérias que não são da sua competência, e também pela extensão do documento ninguém teve oportunidade de refletir sobre o mesmo. Partilhando obviamente as preocupações sobre o uso sustentável de um recurso tão precioso como a água, mas neste momento consideramos que o documento é demasiado técnico para podermos discutir o mesmo, uma vez que não é um documento que vem englobado às funções da Assembleia Municipal o que impossibilita poder-se fazer uma votação responsável e consciente do mesmo."
44. O **Membro João Perdigão** apresentou a Declaração de Voto em nome da Bancada do PPD/PSD.CDS-PP: "A Bancada da Vendas Novas Primeiro votou contra a Moção "Tomada de Posição sobre o Plano Estratégico da Água 2030" pelo facto de que aos dias de hoje não ter dados que permita fundamentar uma tomada de posição consciente e responsável sobre um tema tão delicado".
45. O **Membro José Leitão** apresentou a Declaração de Voto em nome da Bancada do PCP-PEV:" "A Bancada da CDU estranha a posição das Bancadas do PS e do PSD que votaram contra, que afirmaram que não tendo nada contra o documento, mas que tinham desconhecimento sobre a matéria. Dizer-lhes que acabaram por votar contra alguns aspetos fundamentais, como por exemplo o combate às perdas de água e a eficiência hídrica, sendo o que a Moção aponta."
46. Foi apresentada pela **Membro Maria Luz** em representação da Bancada do PCP-PEV a **Moção "25 de Abril e 1º de Maio"** (Anexo 16/22).
47. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado, intervindo neste ponto:
48. O **Membro João Perdigão** afirmou que a Bancada do PPD/PSD.CDS-PP não votaria favoravelmente à Moção apresentada por não concordarem com o tom e o conteúdo apresentado na Moção.
49. O **Membro Paulo Campino** manifestou o voto favorável da Bancada do PS, referindo alguns pontos que considera que são incoerentes com as posições do PCP face à política internacional.
50. O **Membro Maria João Luz** informou a posição do PCP face às ações russas.
51. O **Membro José Leitão** contribuiu para o debate, respondendo à intervenção do Membro Paulo Campino.
52. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação sendo, **aprovado**, por **maioria**, com 12 votos a favor (9 do PS e 3 do PCP-PEV) e 5 votos contra (PPD/PSD.CDS-PP).
53. O **Membro João Perdigão** apresentou a Declaração de Voto em nome da Bancada do PPD/PSD.CDS-PP: "A Bancada Vendas Novas Primeiro votou contra a Moção 25 de Abril e 1º de Maio, apresentada pela CDU, pelo tom e parte do conteúdo traduzirem valores do Partido Comunista com o qual, naturalmente, não comungamos. Ressalvamos que esta posição não desvirtua o papel que esta bancada atribui aos valores intrínsecos aos valores do 25 de Abril e do 1º de maio."
54. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a proposta de prolongamento em 60 minutos do Período Antes da Ordem do Dia, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º Ponto – DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

55. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto à discussão e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
56. O **Presidente da Câmara Municipal** apresentou o documento referindo que é um documento técnico, passando a palavra ao Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr. Hélder Fernandes para que o mesmo esclarece-se o conteúdo técnico do documento.
57. O **Dr. Hélder Fernandes** realizou a exposição do Documento.
58. O **Membro João Perdigão** congratulou a elaboração técnica do documento, referiu posteriormente que o documento apesar de técnico resultou das opções políticas do executivo da Câmara Municipal, referindo que perante isso a Bancada do PPD/PSD.CDS-PP se iria abster.
59. O **Membro José Leitão** referiu a posição da Bancada face ao documento, indicando que a posição seria em consonância com a posição do PCP-PEV na Câmara Municipal, declarando a abstenção da Bancada, e apresentado a posição da Bancada face a vários pontos do documento.
60. O **Membro Aníbal Silva** afirmou que a taxa de execução das GOP aumentou desde que o Partido Socialista está no Executivo da Câmara Municipal.
61. O **Presidente da Câmara Municipal** clarificou as opções políticas tomadas no documento, passando a palavra ao Dr. Hélder Fernandes para clarificar as questões técnicas levantadas sobre documento.
62. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o 1º ponto a votação, tendo sido deliberado, por **maioria, com 9 votos a favor (PS) e 8 abstenções (3 do PCP-PEV e 5 PPD/PSD.CDS-PP), aprovar os Documentos de Prestação de Contas do Município de Vendas Novas de 2021 (relatório de gestão e demonstrações financeiras, orçamentais e outros anexos).**
63. O **Membro João Perdigão** apresentou a Declaração de Voto em nome da Bancada do PPD/PSD.CDS-PP: "A Bancada da Coligação Vendas Novas Primeiro absteve-se neste ponto porque considera que os exercícios contabilísticos apresentados no respetivo relatório refletem as prioridades definidas pelo executivo na gestão e alocação de recursos financeiros e humanos, não correspondendo à visão da Bancada Vendas Novas Primeiro para o concelho. O facto da execução ser tão baixa reflete que o PS não consegue pôr em prática aquilo a que se propõem, limitando-se a fazer uma gestão corrente do município sem conseguir melhorar, de forma desejável, a vida dos vendasnovenses"

2.º Ponto - RELATÓRIO DE REVISÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICIPIO DE VENDAS NOVAS.

64. A **Presidente da Assembleia Municipal** informou que o ponto é para tomada de conhecimento, colocou á discussão e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.



65. O **Presidente da Câmara Municipal**, apresentou o documento.

66. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

3.º Ponto – DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA LANDEIRA.

67. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto à discussão e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que a passou ao Vice-Presidente da Câmara Municipal.

68. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** apresentou sucintamente o documento referindo a prioridade do município desde o início do mandato em definir a Área de Reabilitação Urbana da Landeira, esclarecendo o processo de definição da ARU e da Zona de Pressão Urbanística da Landeira. Informou acerca da importância da delimitação da ARU para a promoção do regresso ao mercado habitacional dos prédios abandonados ou devolutos daquela área.

69. O **Membro José Leitão** começou por salientar o papel do PCP-PEV no avanço da Área de Reabilitação Urbana da Landeira, frisando que a Bancada discorda com a delimitação proposta, justificando a abstenção da Bancada PCP-PEV.

70. O **Membro António Prata** frisou o voto favorável da Bancada PPD/PSD.CDS-PP, destacando a importância da Delimitação da ARU, acreditando que este processo é importante para a resolução do problema de carência de habitação na Landeira. Apresentou ainda a preocupação com a ORU Landeira, questionando o Vice-Presidente sobre o ponto de situação sobre a ORU Vendas Novas.

71. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** esclareceu as questões colocadas, procurando clarificar as questões colocadas.

72. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o 3.º ponto a votação, tendo sido deliberado, **por maioria**, com 14 votos a favor (9 do PS e 5 PPD/PSD.CDS-PP) e 3 abstenções (PCP-PEV), **aprovar** a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Landeira.

4.º Ponto – DELIMITAÇÃO DAS ZONAS DE PRESSÃO URBANÍSTICA DE VENDAS NOVAS E DA LANDEIRA.

73. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto à discussão e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que a passou ao Vice-Presidente da Câmara Municipal.

74. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** apresentou sucintamente o documento realizando um enquadramento legal e explicando os desafios, limitações e a importância da Delimitação das Zonas de Pressão Urbanística de Vendas Novas e da Landeira, justificou ainda as delimitações propostas, e as diferenças na delimitação da Zona entre Vendas Novas e Landeira. Esclarecendo posteriormente as questões colocadas.

75. O **Membro José Leitão** levantou a preocupação com a sobreposição da ARU e da Zona de Pressão Urbanística, com os limites definidos para estas áreas, bem como com os critérios utilizados para definir as delimitações das áreas, justificando desta forma o voto contra da Bancada PCP-PEV.

76. O **Membro António Prata** informou que a Bancada PPD/PSD.CDS-PP concorda com a Proposta de Delimitação, identificando, no entanto, medidas relevantes para que a proposta funcione, na perspetiva da Bancada.

77. O **Membro Paulo Campino** questionou o executivo sobre as datas para a concretização das Medidas indicadas, e para a elaboração e divulgação do Ofício Informativo que notifica os Proprietários da classificação do seu edifício como um Prédio Devoluto.
78. O **Membro João Perdigão** reforçou a ideia do Membro António Prata, questionando o executivo sobre a forma que o mesmo pensa informar os Proprietários de Prédios Devolutos, alertando para a necessidade de os Proprietários de Prédios Devolutos necessitarem de ser informados de forma pedagógica.
79. O **Presidente da Câmara Municipal** informou acerca dos critérios utilizados na delimitação da área, esclarecendo que os critérios são baseados na legislação em vigor, justificando ainda as Delimitações propostas e as diferenças da Delimitação das Zonas na Landeira e em Vendas Novas, bem como procurou esclarecer algumas das questões colocadas.
80. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o 4.º ponto a votação, tendo sido deliberado, por **maioria, com 14 votos a favor (9 do PS e 5 PPD/PSD.CDS-PP) e 3 votos contra (PCP-PEV), aprovar**, nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 67/2019, de 21 de maio e do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis: a) A proposta de delimitação geográfica da Zona de Pressão Urbanística de Vendas Novas, fazendo coincidir os seus limites com aqueles da Área de Reabilitação Urbana, tal como publicados no Diário da República de 24 de janeiro de 2022, com o Aviso n.º 1515/2022, e constante em planta da Proposta de Delimitação das Zonas de Pressão Urbanística de Vendas Novas e da Landeira; b) A proposta de delimitação geográfica da Zona de Pressão Urbanística da Landeira a abranger o solo classificado como “espaços urbanos” no Plano Diretor Municipal em vigor, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/99, de 29 de outubro, fazendo coincidir os seus limites, a norte, com a estrada municipal 519 e, a sul, este e oeste, com os limites do perímetro urbano vigente, resultante da alteração introduzida pelo Plano de Urbanização da Landeira, publicado em Diário da República pelo Aviso n.º 1031/2012 de 23 de janeiro, e de acordo com a planta constante na Proposta de Delimitação das Zonas de Pressão Urbanística de Vendas Novas e da Landeira.

5.º Ponto – ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO.

81. A **Presidente da Assembleia Municipal** informou que o ponto é para tomada de conhecimento e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.
82. O **Presidente da Câmara Municipal**, apresentou o documento, disponibilizando-se para o esclarecimento de eventuais dúvidas. Respondendo posteriormente às questões colocadas.
83. O **Membro José Leitão** informou a Assembleia Municipal de que o Partido Comunista não recebeu o Relatório em Análise.
84. A **Membro Sónia Grulha** registou que o Requerimento sobre o Alvará nº4/2004 com obras de urbanização que não constava do Relatório, já consta. Solicitou que no Relatório seguinte constasse, o registo de resposta ao Requerimento solicitando ainda informações se já foi respondido e em que data.
85. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**



6.º Ponto – PROPOSTA DE REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS.

86. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto à discussão e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
87. O **Presidente da Câmara Municipal** apresentou o documento referindo que é um Regulamento específico de um serviço, passando a palavra ao Responsável do Serviço de Cultura da Câmara Municipal, Dr. Rui Dias para que o mesmo esclarecesse o conteúdo técnico do documento.
88. O **Dr. Rui Dias** referiu que o documento resulta do cruzamento das normas já existente na Biblioteca Municipal com o Regulamento tipo da RIBAC (Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Alentejo Central).
89. O **Membro Tomás Marques** entrevistou agradecendo as informações prestadas, informando que a Bancada PPD/PSD.CDS-PP, votaria favoravelmente a proposta de Regulamento, enumerando as valências que este Regulamento tem para a Biblioteca. Ainda referiu que a Biblioteca Municipal não tem tido a dinamização ideal, identificando medidas que podem aumentar os utilizadores da biblioteca de acordo com a perspetiva da Bancada.
90. O **Presidente da Câmara Municipal** apresentou um esclarecimento às observações apresentadas anteriormente.
91. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o 5.º ponto a votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade, aprovar** a proposta de Regulamento da Biblioteca Municipal de Vendas Novas.

7.º Ponto – DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS PARA CONSTITUIÇÃO DO CONCELHO DA COMUNIDADE DO ACES ALENTEJO CENTRAL.

92. A **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Assembleia Municipal recebeu um Ofício da Câmara Municipal solicitando a retirada do assunto da Ordem de Trabalho. Posteriormente, colocou o ponto à discussão e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução e esclarecimento do pedido da Câmara Municipal.
93. O **Presidente da Câmara Municipal** informou que após análise da legislação o Representante do Município no Conselho da Comunidade do ACES Alentejo Central ainda se encontra em atividade, não sendo necessária a designação de um novo representante nesta Sessão.
94. A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, retirar o assunto da ordem de trabalhos da presente Sessão.

8.º Ponto – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA A INTEGRAR A COMPOSIÇÃO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

95. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto à discussão, solicitando às Bancadas que propusessem um Presidente de Junta de Freguesia para ser eleito.
96. A **Membro Maria Pereira**, em representação da Bancada do PS, apresentou a Presidente de Junta de Freguesia de Vendas Novas, Paula Valentim, como candidato.

97. Não existindo mais propostas, realizou-se a votação por Voto Secreto.
98. Depois de colocado este ponto à discussão e posterior votação da Assembleia Municipal, **foi eleita, por voto secreto, a Presidente da Junta de Freguesia de Vendas Novas, Paula Valentim, para integrar a composição do Conselho Municipal de Educação**, com 9 votos a favor e 8 votos em branco.
99. Foi colocado à votação a proposta de prolongamento em 60 minutos do Período da Ordem do Dia, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

9.º Ponto – INFORMAÇÃO MUNICIPAL.

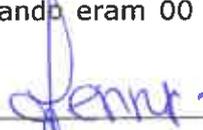
100. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto à discussão e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
101. O **Presidente da Câmara Municipal** colocou-se à disposição para o esclarecimento de eventuais questões, informando ainda que neste Relatório não vem ainda importantes decisões da Câmara Municipal, tomadas após a elaboração do mesmo, informando que as mesmas estarão presentes no próximo Relatório. De seguida passou a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal.
102. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou a Assembleia Municipal que foi proposto pela Câmara Municipal a atribuição do Topónimo de Rua Adriano Coelho de Oliveira a uma Rua de Vendas Novas.
103. A **Membro Maria João Luz**, congratulou a proposta de atribuição de Topónimo, solicitando ainda esclarecimentos sobre a área da Saúde em Vendas Novas e questionando se existiu uma subida do número de refugiados ucranianos no concelho desde o início da guerra na Ucrânia.
104. A **Membro Carmen Garcia** solicitou esclarecimento sobre a aplicação de medidas que constavam numa Recomendação da Bancada PPD/PSD.CDS-PP, aprovada na Sessão da Assembleia Municipal de dia 28 de fevereiro de 2022, sobre as Medidas Extraordinárias à Atividade Económica Local e sobre o incentivo do Município à fixação de Médicos no Concelho, levantando preocupações com a falta de médicos no Centro de Saúde de Vendas Novas.
105. O **Membro José Leitão** indicou que o PCP teria indicado propostas para a Fixação de Médicos, numa Proposta de Lei, na Assembleia da República, afirmando que o PS e o PSD votaram contra num projeto que poderia dar respostas às questões levantadas no debate.
106. O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu a Questão dos Refugiados passando a palavra ao **Vice-Presidente da Câmara Municipal** para esclarecer as questões colocadas relacionadas com a área económica e da Saúde.
107. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento .**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

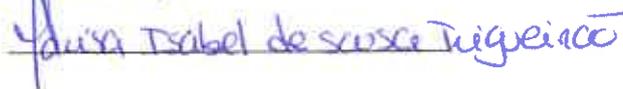
108. A **Presidente da Assembleia Municipal**, questionou se algum elemento do público presente queria intervir, passando a palavra ao Inscrito Tiago Aldeias.

-
109. O **Sr. Tiago Aldeias** questionou a possibilidade da alteração do Regimento da Assembleia Municipal para que o Período de Intervenção do Público se realizasse antes do Período Antes da Ordem do Dia.
110. A **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu à questão esclarecendo que o Regimento da Assembleia Municipal não seria alterado visto que o Regimento foi aprovado em Sessão da Assembleia Municipal por unanimidade.
111. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 00 horas e 15 minuto do dia 30 de abril de 2022.

A Presidente da Assembleia



A 1.ª Secretária da Assembleia





ANEXO 7/22

[Handwritten signature]

MOÇÃO DE SAUDAÇÃO AO 48º ANIVERSÁRIO DO 25 ABRIL DE 1974

Considerando que este ano assinalamos o 48º aniversário da REVOLUÇÃO de ABRIL, que nos trouxe a Liberdade e a Democracia;

Considerando que a REVOLUÇÃO de ABRIL foi o ponto mais alto para o Povo Português ao nível das conquistas políticas, sociais, económicas e culturais do país;

Considerando que o Poder Local Democrático foi uma das maiores conquistas da Revolução;

Considerando que a Revolução de Abril de 1974 constitui a afirmação, da soberania e independência nacional:

A Assembleia Municipal de Vendas Novas, em reunião ordinária de 29 Abril de 2022, deliberou:

1 - Saudar todos os valores e conquistas da Revolução de Abril, fundamentais para uma política que sirva o País e os Portugueses;

2 – Saudar a Câmara Municipal por lançar um amplo programa de comemorações do 50º Aniversário do 25 de abril, aprovado na última reunião de Câmara, sob proposta da CDU e aprovada por unanimidade;

3 - Apelar aos Vendasnovenses e a todas as Associações Locais, para que continuem na medida da sua interação social, a lutar pela defesa dos interesses e direitos da população e na construção de um concelho de Vendas Novas melhor.

Vendas Novas, 29 de Abril de 2022

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vendas Novas



Moção

1º de maio- Dia Internacional do Trabalhador

É no próximo dia 1 de maio que se celebra o dia do trabalhador. Este dia tem a sua génese na data da primeira grande manifestação de trabalhadores nas ruas da cidade norte-americana de Chicago e na greve geral em todos os Estados Unidos, corria o ano de 1886. Este feriado é celebrado internacionalmente desde 1890, mas só se começou a comemorar de forma livre em Portugal, após o 25 de abril de 1974.

Várias foram as lutas que os operários travaram para verem melhoradas as suas condições laborais e salariais, a grande conquista de 1890 foi a redução do horário de trabalho para as 8 horas diárias.

O 1º de maio, assume-se mais que uma mera comemoração internacional da união dos trabalhadores, revemos neste dia a luta de homens e mulheres pelos seus direitos, pelo direito a um trabalho digno cujas condições lhes permitam conciliar a vida laboral com a vida familiar.

A conquista dos direitos laborais é sem duvida uma das grandes marcas da evolução civilizacional, onde as várias gerações caminham há décadas para a evolução de um trabalho condigno.

Não podemos deixar de mencionar as desigualdades existentes entre homens e mulheres no mundo do trabalho, lutaremos sempre para a igualdade, lutaremos sempre para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, só assim chegaremos à verdadeira essência da palavra democracia.

Contudo, celebremos o 1º de maio, celebremos as conquistas de gerações que ajudaram a construir o nosso País no sentido da evolução. Saudemos os esforços de verdadeiros homens e mulheres que fizeram deste País um País livre e de progresso.

Vendas Novas, 29 de abril, de 2022

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vendas Novas



MOÇÃO

POR ABRIL, PELA PAZ E PELA SOBERANIA DOS POVOS

O dia 25 de Abril de 1974 mudou, para sempre e de forma indelével, o rumo do nosso país. Das trevas passámos à luz, do obscurantismo ao conhecimento e, acima de tudo, da ditadura passámos à liberdade.

A Revolução dos Cravos, meticulosamente preparada, transformou-se no Dia da Liberdade por excelência e pertence a todos aqueles que a celebram e que reconhecem o quanto lhe devem.

Celebrámos este ano o primeiro 25 de Abril em que o tempo de liberdade ultrapassou o de ditadura. Somos livres há mais tempo do que aquele em que estivemos subjugados. A madrugada esperada, da qual muitos de nós já são filhos, celebrou os seus quarenta e oito anos e queremos exaltar cada um deles.

Este ano, infelizmente, vivemos o nosso Dia da Liberdade sabendo que outros, na mesma Europa que acreditávamos segura, se vêem mais privados dela a cada dia. Aqui, no nosso continente, um país invadido vê perder muitos dos seus filhos e direitos enquanto luta, de forma desigual, para se manter soberano.

A revolução, que em Portugal se fez com cravos e sem perda de vidas, na Ucrânia faz-se com armas e não tem poupado civis, entre os quais idosos, mulheres e crianças.

E é por isso que, na semana em que celebramos a nossa vitória sobre a ditadura, não podemos ficar indiferentes ao sofrimento do povo ucraniano.

Assim, a bancada do PSD/CDS, Coligação Vendas Novas Primeiro, propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 29 de abril de 2022, no Auditório Municipal, que delibere:

1. Um voto de louvor a todos os que contribuíram para que o 25 de Abril de 1974 se tornasse uma realidade, independentemente da sua posição, função ou cor partidária;
2. Um minuto de silêncio por todos os civis que há mais de dois meses perecem enquanto a sua pátria é atacada por um estado expansionista, protector da extrema-direita europeia e marcadamente ditatorial.

Vendas Novas, 29 de Abril de 2022

A bancada da coligação Vendas Novas Primeiro



MOÇÃO

Pela Requalificação das Escolas, Básica n.º 1 e Secundária de Vendas Novas

A Escola Básica n.º 1 de Vendas Novas e a Escola Secundária de Vendas Novas são estabelecimentos de educação integrados no Agrupamento de Escolas de Vendas Novas.

Construídas na década de 90, com exceção da recente intervenção para substituição das coberturas originais de fibrocimento, inserida no contexto de um programa nacional de requalificação de edifícios escolares, estas escolas, não foram alvo de intervenções planeadas de conservação ou de reabilitação significativa.

Em consequência, muitas infraestruturas e equipamentos estão desgastados, o que condiciona o processo educativo dos alunos vendasnovenses, justificando por isso uma intervenção global de requalificação nestas escolas.

Não obstante o regime jurídico materializado no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, é competência do Governo a construção e requalificação dos edifícios de escolas do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.

Assim, com o objetivo de reforçar as ações promovidas pela Câmara Municipal de Vendas Novas junto da Tutela, a bancada do PSD/CDS, Coligação Vendas Novas Primeiro, propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 29 de abril de 2022, no Auditório Municipal, que delibere:

- §) Exortar o Governo, através do Ministério da Educação, para que promova pelo início dos trabalhos, tendo em vista a requalificação integral das Escolas Básica n.º 1 e Secundária de Vendas Novas;

Mais delibere ainda:

- §) Remeter a presente deliberação à Comissão de Educação e Ciência, junto da Assembleia da República, ao Ministério da Educação, à Câmara Municipal de Vendas Novas, à Direção do Agrupamento Escolar e à Associação de Pais e Encarregados de Educação.

Vendas Novas, 29 de abril de 2022

A bancada PSD/CDS - Vendas Novas Primeiro



MOÇÃO

Pela descentralização das sessões da Assembleia Municipal

É indiscutível que ao longo dos anos os cidadãos se têm vindo a isolar cada vez mais da participação política, dos partidos políticos e dos políticos que elegem para os representar.

Ainda que uma das reivindicações do 25 de abril de 1974 tenha sido a participação democrática de todos na vida pública de forma livre e mais ativa, certo é que esse desidrato tem perdido relevância.

A Assembleia Municipal de Vendas Novas, que entre outros visa a prossecução, promoção e salvaguarda dos interesses próprios da população de Vendas Novas, no quadro das atribuições do Município, tem neste sentido dado largos avanços ao longo dos últimos mandatos, dando voz a todos os cidadãos que a ela recorrem, designadamente, para o uso da palavra no período destinado à intervenção do público.

Porém todos sentimos um claro afastamento entre a sociedade civil e a participação na atividade política, onde se incluiu esta Assembleia Municipal, visível pela fraca afluência de público nas respetivas sessões.

Face ao exposto e considerando que ainda estamos no início de mandato, urge encontrar formas de aproximar este órgão autárquico dos cidadãos residentes em diversas localidades do Município de Vendas Novas, que disponham de espaços municipais ou públicos adequados para o efeito, de que são exemplo, Afciteira, Bombel, Landeira, Marconi e Piçarras, o que permitiria reforçar o elo de ligação entre os cidadãos e os seus eleitos locais.

Neste sentido, a bancada do PSD/CDS, Coligação Vendas Novas Primeiro, propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 28 de fevereiro de 2022, no Auditório Municipal, que delibere:

- 1) Salvaguardadas as condições físicas para o efeito, realizar uma a duas sessões da Assembleia Municipal descentralizada por ano, de forma que no final do mandato se tenha percorrido mais do que uma vez as referidas localidades da Afciteira, Bombel, Landeira, Marconi e Piçarras, e;
- 2) Que a realização das sessões da Assembleia Municipal descentralizada, seja divulgada com mais antecedência e mais publicitada nestas áreas geográficas onde se realizarão, de forma a se obter mais participação dos cidadãos aí residentes.

Vendas Novas, 29 de abril de 2022

A bancada do PSD/CDS - coligação Vendas Novas Primeiro



RECOMENDAÇÃO

Vendas Novas na rede nacional de municípios amigos da juventude

A Federação Nacional das Associações Juvenis é uma estrutura representativa de base local e regional em Portugal e tem como missão: representar as associações juvenis junto dos poderes públicos e políticos; promover o associativismo enquanto instrumento da participação ativa de jovens na vida das suas comunidades; e estimular a educação cívica e associativa da juventude.

Em 2019, a FNAJ criou a rede nacional de municípios amigos da juventude que é “uma plataforma de contacto e compromisso do movimento associativo juvenil e do poder local, para a implementação de reais políticas de juventude” e que tem como objetivo a partilha de boas práticas, a criação de estratégias e a promoção de sinergias associativas e municipais.

As políticas de juventude devem ser encaradas pelo Município como uma resposta aos reais interesses e aspirações dos jovens do nosso concelho e devem ter os jovens como principais protagonistas.

Pertencer a esta rede de partilha de conhecimento em matérias da Juventude terá como principais vantagens: o acesso a uma rede nacional com partilha de boas práticas municipais em matérias de políticas de juventude; o acesso a Seminários e Cimeiras sobre “associativismo e juventude”; acesso ao “selo de município amigo da juventude”, símbolo e garantia de uma autarquia que privilegia e se preocupa com os seus jovens.

Assim, a bancada do PSD/CDS, Coligação Vendas Novas Primeiro, propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 29 de abril de 2022, no Auditório Municipal, que delibere recomendar à Câmara Municipal:

1. A adesão à rede nacional de municípios amigos da juventude, reforçando o compromisso de realizar políticas de juventude e aproximando-se das associações juvenis e acima de tudo dos jovens, seguindo o exemplo de municípios “vizinhos” como Viana do Alentejo, Mourão e Reguengos de Monsaraz.

Vendas Novas, 29 de abril de 2022

A bancada da coligação Vendas Novas Primeiro



Assembleia Municipal de Vendas Novas

MOÇÃO

Voto de Homenagem a Adriano Correia de Oliveira

Adriano Correia de Oliveira nasceu no Porto, em 9 de abril de 1942, e morreu em Avintes, em 16 de outubro de 1982, pelo que se completam 80 anos do seu nascimento e razão pelo que está a ser alvo de diversas iniciativas organizadas a nível nacional por parte de uma Comissão Executiva nomeada pelo Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira, que inclui concertos musicais, edição de livros, debates e exposições itinerantes por todo o país.

Após concluir os estudos secundários no antigo Liceu Alexandre Herculano, Adriano matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1959, onde teve uma intensíssima participação no meio cultural e desportivo ligado à academia.

Adriano, foi um músico português intérprete da canção de Coimbra e cantor de intervenção. São célebres algumas das suas canções, com poemas de poetas contemporâneos como Manuel da Fonseca, António Gedeão e Manuel Alegre, como "A Trova do vento que passa", espécie de hino da resistência dos estudantes à ditadura de Salazar. Diversos álbuns foram editados pela Orfeu, desde 1967, como "Adriano Correia de Oliveira", "O Canto e as Armas", "Cantaremos", "Que nunca mais" e "Cantigas Portuguesas". Mas outros singles e EP,s foram publicados antes e depois do 25 de Abril de 1974. Recebeu várias condecorações, designadamente Comendador da Ordem da Liberdade e Grande – Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Assim, a Assembleia Municipal de Vendas Novas reunida no dia 29 de Abril de 2022, delibera aprovar um Voto de Homenagem a Adriano Correia de Oliveira, saudar as Comemorações do 80º aniversário e apoiar o programa comemorativo organizado pela Comissão Executiva.

Vendas Novas, 29 de Abril de 2022

A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Esta Moção, se aprovada, deverá ser enviada ao Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira, aos grupos parlamentares com acento na Assembleia da República e aos órgãos de comunicação social – rádios, televisões, jornais e multimédia – locais, regionais e nacionais.



Assembleia Municipal de Vendas Novas

MOÇÃO

Pela Urgência na Conclusão do Processo do SIADAP 2019/20 e Pagamento aos Trabalhadores Abrangidos

Na sequência da reunião de 22 de Abril de 2022, em que o Vereador da CDU Tiago Aldeias questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre como se encontrava o processo de avaliação dos trabalhadores do Município referente ao ciclo avaliativo de 2019/2020, quantos trabalhadores foram abrangidos e qual o montante em dívida aos mesmos desde Janeiro de 2021, vem desta forma a Assembleia Municipal de Vendas Novas:

- Solidarizar-se com os trabalhadores do Município que já deviam estar a receber desde Janeiro de 2021 pelo nível remuneratório correspondente à sua progressão;
- Exigir que o Município conclua com a máxima urgência o processo administrativo, coloque esses trabalhadores a receber pelo nível remuneratório a que têm direito e pague de imediato os retroativos devidos a 1 de Janeiro de 2021.

Vendas Novas, 29 de Abril de 2022

A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Esta Moção, se aprovada, deverá ser enviada ao Primeiro-Ministro, aos grupos parlamentares com acento na Assembleia da República e aos órgãos de comunicação social – rádios, televisões, jornais e multimédia – locais, regionais e nacionais.



Assembleia Municipal de Vendas Novas

MOÇÃO

TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE O PLANO ESTRATÉGICO DA ÁGUA 2030

(PENSARP 2030 – Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030)

I

Está neste momento em processo de consulta pública até ao dia 12 de Maio, o projecto de Resolução do Conselho de Ministros que aprova o PENSARP 2030.

Este Plano é de uma grande importância para o sector das águas e saneamento, pois pretende definir os princípios e orientações deste sector para os próximos 10 anos. O abastecimento de água e a gestão de águas residuais a que se pretende acrescentar agora a componente das águas pluviais é de grande relevância para a vida quotidiana. Pelo que representa do ponto de vista da criação de condições para a melhoria do bem estar das populações, pelo elevado número de trabalhadores que envolve, pelos efeitos que provoca a nível da gestão de recursos hídricos, ainda mais significativo quando se vive em ambientes de recorrente escassez. E, ainda, pelo elevado volume de rendimentos gerado, no montante de 2,5 mil milhões de euros em 2020, tendo o investimento acumulado entre 1993 e 2020 sido de 13,2 mil milhões, perspetivando-se que nos próximos dez anos o investimento previsível andarà entre os 3,5 e os 6,6 mil milhões de euros.

Importa por isso efectuar algumas considerações sobre o conteúdo, sobretudo em torno dos seus aspectos mais marcantes.

Debruçando-se o documento sobretudo a partir de 1993, não se pode esquecer o relevante trabalho desenvolvido pelas autarquias locais na generalidade do País, que na sequência da Revolução de Abril, assumiram o abastecimento de água e a construção de redes de esgotos, como prioridades da sua actuação, contando muitas vezes com o trabalho

voluntário das populações, o que se traduziu numa melhoria substancial da qualidade de vida.

As alterações verificadas a partir de 1993 tiveram como característica principal a procura da captura e expropriação desta competência aos municípios com a separação entre a alta e a baixa e a criação dos sistemas multimunicipais, passando o Estado a assumir esta competência, abrindo caminho à transformação deste sector num negócio, correndo-se sempre o risco da sua privatização, que já esteve nas intenções de diversos governos e que já aconteceu no sector da gestão dos resíduos urbanos.

A intervenção autárquica deve ser balizada, neste domínio, pelos seguintes princípios:

- A garantia da gestão pública da água em todos os seus níveis;
- O respeito pela autonomia local, tendo em conta o quadro constitucional e o quadro de competências das autarquias locais, considerando-se aqui a dupla perspectiva de ser cada município a deter a responsabilidade da gestão em baixa, devendo os sistemas multimunicipais serem transformados em parcerias com titularidade municipal;
- Impedir a transformação da água num negócio, a pretexto duma pretensa atribuição de valor ao recurso água com pretextos de natureza ambiental, mas hipervalorizando a componente financeira;
- Garantir a acessibilidade económica e física dos utilizadores.

E devendo assumir-se como prioridades da intervenção:

- Assegurar a eficiência hídrica, sendo este o nó górdio que há que desatar no sector.
- Garantir a qualidade do serviço a prestar.

II

O documento em consulta pública apresenta a nível da sua visão e objectivos estratégicos, o top 3 dos objectivos extremamente importantes (de entre 4 objectivos globais e 20 objectivos específicos), a saber: sustentabilidade económica e financeira; governo e estruturação do setor (sustentabilidade estrutural do setor); e sustentabilidade infraestrutural. A eficiência hídrica aparece mencionada em quarto lugar. Esta questão tem



depois expressão nas medidas e incentivos (no total 85), tendo sido também apresentado o top 15 das mesmas, das quais sublinhamos as cinco primeiras: consolidação da política tarifária nas entidades gestoras; melhoria do desempenho económico e financeiro das entidades gestoras; reforço do compromisso dos diversos órgãos políticos; reforço do compromisso das entidades gestoras de titularidade municipal; e reforço do compromisso do regulador de serviços. A reabilitação de infraestruturas surge em nono lugar e a redução de perdas de água nos sistemas em décimo primeiro.

Pelo exposto está claramente indicado para onde pretendem que o sector das águas se deve encaminhar, utilizando como documento orientador este Plano, que depois será cozido com o que for determinado nos programas operacionais regionais de financiamento na medida em que este setor transita dum programa operacional temático para programas regionais, admitindo-se que a exemplo do que tem acontecido no quadro ainda em vigor, a ERSAR desempenhe um papel de indicação de cumprimento de requisitos prévios, ou mesmo que seja posteriores, associado a orientações directas do governo embora se trate de uma entidade independente. Governo que também pretende continuar com a discriminação no acesso aos fundos, conforme já se leu nos trabalhos preparatórios do Portugal 2030, com a indicação de que serão priorizadas as candidaturas de entidades associadas.

Portugal não tem actualmente um problema de qualidade da água, pois os indicadores de água segura são os adequados. O que se necessita é de desenvolver um caminho no sentido da eficiência hídrica e da redução de perdas. E para isso é necessário mobilizar recursos financeiros dos diversos instrumentos ao dispor, desde o Portugal 2030, o PRR, o Fundo Ambiental, o Orçamento de Estado e os Orçamentos Municipais. Os programas regionais que vão acolher esta área devem ser dotados dos montantes adequados para dar resposta às necessidades. Que passam pela reabilitação de infraestruturas, pela criação de zonas de medição e controlo, pela criação de zonas de controlo de pressão, pela deteção ativa de fugas e roturas e sua resolução, pela substituição de contadores onde deviam ser privilegiados os digitais e ser permitido o acesso aos fundos do PRR referentes à transição digital, e ainda por soluções de organização e gestão que aumentem os níveis de água faturada. A prioridade não pode nem deve ser a subida das tarifas ou o critério absurdo de colocar como elemento prioritário o nível de grau de cobertura de gastos, permitindo ainda por cima que possa haver margem para a remuneração de capitais investidos por entidades públicas, quando a estas incumbe prover este serviço à população e não obter lucros pela sua prestação.

Tendo em conta o conteúdo do documento em apreciação, a Assembleia Municipal de Vendas Novas reunida em 29 de Abril de 2022, entende tomar a seguinte posição:

1. Emitir parecer globalmente desfavorável ao projecto de Resolução, reclamando a sua revisão e a alteração das prioridades apresentadas, dando mais enfoque no combate às perdas de água e na eficiência hídrica.
2. O Plano tal como outros instrumentos para o sector, deve garantir a sua gestão pública, e o acesso aos fundos comunitários sem qualquer discriminação ou condições prévias.
3. Que sejam adoptadas medidas de apoio aos municípios como entidades gestoras por parte das entidades ligadas ao sector com destaque para a ERSAR e para a APA, respeitando sempre a autonomia dos municípios com realce para as opções em matéria tarifária e de forma de financiamento prevalecendo a regra das três fontes (tarifas, subsídios de exploração e subsídios ao investimento).

Vendas Novas, 29 de Abril de 2022

A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Esta Moção, se aprovada, deverá ser enviada ao Primeiro-Ministro, aos grupos parlamentares com acento na Assembleia da República e aos órgãos de comunicação social – rádios, televisões, jornais e multimédia – locais, regionais e nacionais.

F.



Assembleia Municipal de Vendas Novas

Moção

25 de Abril e 1º de Maio

As comemorações do 48º aniversário do 25 de Abril reafirmaram o compromisso do povo português com a liberdade e a democracia nas suas vertentes política, social, económica e cultural, constituindo-se como elemento de resistência e combate aos nostálgicos do Portugal fascista, o país da polícia política, das prisões políticas, da censura, do partido único, da Legião e da Mocidade portuguesa, da guerra colonial, do analfabetismo, da fome e da miséria.

No Poder Local Democrático, conquista da Revolução, é igualmente importante travar esta batalha, para tal, dignificar e valorizar o trabalho dos órgãos democraticamente eleitos, promover a participação popular, elevar os níveis de conhecimento dos problemas reais e concretos das populações, rejeitar o populismo, a insinuação e a mentira enquanto armas políticas, são apenas alguns elementos decisivos para a afirmação dos valores de Abril.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.

Valores esses que não deixarão de estar presentes nas comemorações do 1º de Maio, onde os trabalhadores e população irão continua a lutar pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, pela defesa de serviços públicos de qualidade e pela valorização das pensões e reformas.

Neste 1º de Maio, tendo presente os valores de Abril, os trabalhadores irão exigir, aumentos de salários dignos para fazer face ao aumento do custo de vida o que implica o aumento geral de todos os salários e o aumento do salário mínimo nacional, irão continuar a exigir a revogação das normas gravosas da legislação laboral quer no sector privado quer na administração pública, irão continuar a exigir o fim do injusto sistema de avaliação, o SIADAP, e das

respetivas quotas, irão continuar a exigir a redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais, o combate ao desemprego e o reforço dos serviços públicos.

Para os trabalhadores e o povo português, é necessário dar continuidade à luta na conquista de melhores condições de vida que são essenciais para o País avançar, e para que se cumpra Abril, fazendo de Portugal um país mais justo, mais igual e mais desenvolvido.

Assim, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida no dia 29 de Abril de 2022, delibera:

- Saudar todos os que participaram nas comemorações do 25 de Abril;
- Apelar à participação dos trabalhadores e população de Vendas Novas na jornada de luta do 1º de Maio, designadamente, entre outras iniciativas, na Manifestação promovida em Évora pela CGTP-IN;
- Reafirmar o seu empenho na defesa dos valores e conquistas de Abril, por um Portugal mais justo, fraterno, solidário, livre e soberano.

Vendas Novas, 29 de abril de 2022

A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Esta Moção, se aprovada, deverá ser enviada ao Primeiro-Ministro, aos grupos parlamentares com acento na Assembleia da República e aos órgãos de comunicação social - rádios, televisões, jornais e multimédia - locais, regionais e nacionais.